



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.254, DE 2016**

**(Do Sr. Ricardo Izar)**

Altera a Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012, que "reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício", para dispor sobre a formação desse profissional

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-2478/2015.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 1ºA. O exercício da profissão de Turismólogo é privativo:

I – dos portadores de diploma do Curso Superior de Turismo, Hotelaria, Gastronomia e Eventos e os diplomados em nível superior tecnológico em áreas a fins ministrados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos em todo o território nacional;

II – dos diplomados em curso similar ministrado por estabelecimentos equivalentes no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

III – dos que até a data da publicação desta Lei tenham comprovadamente exercido a atividade de Turismólogo por pelo menos cinco anos;

Art. 3ºA. A atividade de Turismólogo será fiscalizada pela Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais de Turismo, entidade representativa do setor de turismo, até que seja criado o Conselho Autárquico de Classe.

*Parágrafo único.* O Conselho Autárquico de Classe deverá ser criado no prazo de cento e oitenta dias a partir da data da publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A atividade turística exige cada vez mais profissionalismo e competência para crescer e disputar com outros mercados tradicionais, ajudando a movimentar a economia de nosso país, onde a presença especializada do turismólogo é de fundamental importância.

As áreas de especialização desse profissional abrangem: agenciamento, alimentos e bebidas, eventos, hospedagem, lazer, meio ambiente, planejamento e organização de turismo, teoria geral do turismo e transportes. Apesar desta atividade representar cada vez mais um caminho promissor para a economia do país, não existe ainda regulamentação adequada da profissão.

A proposição em epígrafe tem o objetivo de alterar a Lei nº 12.591, de 2012, que reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício, pois esta lei foi promulgada sem fixar a formação exigida para o exercício da atividade.

A alteração objetiva reconhecer como Turismólogo o profissional que possuir graduação específica na área. É fundamental que quem atue na área de turismo seja devidamente formado por uma instituição de ensino superior, valorizando o profissional qualificado que atua em uma área vital para a economia do País valorizamos também o consumidor que desfruta da melhor qualidade prestada.

A fiscalização e a regulamentação da profissão são necessárias para prevenir eventuais abusos e proteger a população que utiliza os serviços deste profissional. Assim, enquanto não é criado o Conselho Autárquico de Classe a Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais de Turismo (ABBTUR), entidade representativa do setor de turismo, irá absorver a função fiscalizadora.

Em razão do exposto, pedimos aos nobres Pares o apoio necessário para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 2016.

Deputado Ricardo Izar  
PP/SP

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 12.591, DE 18 DE JANEIRO DE 2012**

Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º ( VETADO).

Art. 2º Consideram-se atividades do Turismólogo:

I - planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo;

II - coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica;

III - atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário;

IV - diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;

V - formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;

VI - criar e implantar roteiros e rotas turísticas;

VII - desenvolver e comercializar novos produtos turísticos;

VIII - analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo;

IX - pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística;

X - coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico;

XI - identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes;

XII - formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos;

XIII - organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias;

XIV - planejar, organizar, controlar, implantar, gerir e operacionalizar empresas turísticas de todas as esferas, em conjunto com outros profissionais afins, como agências de viagens e turismo, transportadoras e terminais turísticos, organizadoras de eventos, serviços de animação, parques temáticos, hotelaria e demais empreendimentos do setor;

XV - planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

XVI - emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

XVII - lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior;

XVIII - coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico.

Art. 3º ( VETADO).

Art. 4º ( VETADO).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de janeiro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Paulo Roberto dos Santos Pinto

Gastão Vieira

Luíz Inácio Lucena Adams

**FIM DO DOCUMENTO**